

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2015

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva de Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

CONHEC. GERAIS/CONHEC. ESPECÍFICOS/DISCURSIVA
Cargo ou opção A01 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
Tipo gabarito 1**Gabarito preliminar divulgado em 30/11/2015.**

001 - A	011 - C	021 - D	031 - C	041 - A	051 - C
002 - C	012 - A	022 - E	032 - D	042 - B	052 - D
003 - D	013 - E	023 - E	033 - A	043 - E	053 - A
004 - E	014 - B	024 - A	034 - B	044 - C	054 - D
005 - A	015 - B	025 - D	035 - D	045 - B	055 - C
006 - C	016 - C	026 - C	036 - E	046 - A	056 - E
007 - E	017 - A	027 - B	037 - C	047 - D	057 - B
008 - A	018 - C	028 - E	038 - E	048 - E	058 - E
009 - D	019 - B	029 - A	039 - B	049 - D	059 - B
010 - B	020 - D	030 - B	040 - C	050 - A	060 - A

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

Saudade de Waterloo

É famosa a história da mulher que se queixava de um dia particularmente agitado nas redondezas da sua casa e do que o movimento constante de cavaleiros e carroças fizera à sua roupa estendida para secar, sem saber que estava falando da batalha de Waterloo, que mudaria a história da Europa. Contam que famílias inteiras da sociedade de Washington pegaram suas cestas de piquenique e foram, de carruagem, assistir à primeira batalha da Guerra Civil americana, em Richmond, e não tiveram baixas. A Primeira Grande Guerra, ou a primeira guerra moderna, mutilou uma geração inteira, mas uma geração de homens em uniformes de combate. Mulheres e crianças foram poupadas. Só 5 por cento das mortes na Primeira Guerra foram de civis. Na Segunda Guerra Mundial, a proporção foi de 65 por cento.

Os estragos colaterais da Segunda Guerra se deveram ao crescimento simultâneo de duas técnicas mortais, a do bombardeio aéreo e a da guerra psicológica. Bombardear populações civis foi adotado como uma "legítima" tática militar, para atingir o moral do inimigo. Os alemães começaram, devastando Londres, que tinha importância simbólica como coração da Inglaterra mas nenhuma importância estratégica. Mas ingleses e americanos também se dedicaram com entusiasmo ao bombardeio indiscriminado, como o que arrasou a cidade de Dresden. E os "estragos colaterais" chegaram à sua apoteose tétrica, claro, em Hiroshima e Nagasaki.

Hoje a guerra psicológica é o pretexto legitimador para quem usa o terror por qualquer causa. E cada vez que vemos uma das vítimas do terror, como o último cadáver de uma criança judia ou palestina sacrificada naquela guerra especialmente insensata, pensamos de novo nos tempos em que só os soldados morriam nas guerras, e ainda era possível ser um espectador, mesmo distraído como a dona de casa de Waterloo, da história. Ou ser inocente.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 123/124)

1. As referências à dona de casa de Waterloo e às famílias de Washington ilustram a seguinte consideração do autor:

- (A) *ainda era possível ser também um espectador (...) da história.*
- (B) *ingleses e americanos se dedicaram (...) ao bombardeio indiscriminado.*
- (C) *se deveram ao crescimento simultâneo de duas técnicas mortais.*
- (D) *tinha importância simbólica (...) mas nenhuma importância estratégica.*
- (E) *a guerra psicológica é o pretexto legitimador para quem usa o terror.*

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, o segmento *mutilou uma geração inteira* alcança uma significação ainda mais macabra quando se aduz a ele a observação *mas uma geração de homens em uniformes de combate*.
- II. No 2º parágrafo, o autor propõe uma distinção entre duas técnicas de combate: a do bombardeio aéreo, que implicava um sem-número de mortes, e a da guerra psicológica, que não implicava violência abusiva.
- III. No 3º parágrafo, a guerra entre judeus e palestinos é lembrada para mostrar que, em nossos dias, o terrorismo passou a adotar como justificativa para suas ações o pretexto da guerra psicológica.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *particularmente agitado* (1º parágrafo) = marcadamente aflitivo
- (B) *estragos colaterais* (2º parágrafo) = mazelas marginalizadas
- (C) *atingir o moral* (2º parágrafo) = recrudescer a ética
- (D) *à sua apoteose tétrica* (2º parágrafo) = ao seu ápice funesto
- (E) *guerra especialmente insensata* (3º parágrafo) = embate singularmente anacrônico



4. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Depreende-se que o crescimento simultâneo de duas técnicas mortais deram vazio a estragos colaterais, nos anos onde prosperou a Segunda Guerra.
 - (B) Parece hoje prosaico que uma dona de casa e mesmo famílias inteiras não furtaram-se à servir de espectadores da guerra tal e qual um espetáculo.
 - (C) O bombardeio de Hiroshima e Nagasaki obviamente deve ser considerado um exemplo máximo de onde pode chegar as cruzes do intelecto humano.
 - (D) Ao pretexto que se trata tão somente de um golpe moral, há terroristas que não hesitam em assolar sua fúria em prol dos inocentes que se deparam.
 - (E) À devastação perpetrada pelos alemães contra Londres seguiu-se, não menos devastadora, a ação de ingleses e americanos contra a cidade de Dresden.
-
5. As normas de concordância verbal acham-se plenamente observadas na frase:
- (A) Devem-se ressaltar, como efeito colateral dos bombardeios, os terrores a que foi submetida a população civil, durante a Segunda Guerra Mundial.
 - (B) Espantam-nos a todos, até hoje, que famílias americanas, com suas cestas de piquenique, deram-se ao luxo de assistir à primeira batalha da Guerra Civil.
 - (C) A importância simbólica dos bombardeios que os alemães promoveram contra os ingleses excediam quaisquer vantagens do ponto de vista estratégico.
 - (D) É a falta de discriminação dos alvos dos bombardeios que acabam por tornar especialmente monstruosas as operações bélicas em curso no nosso tempo.
 - (E) Consideram-se como responsável pela multiplicação de vítimas civis das guerras modernas a associação criminosa de duas técnicas mortais.
-
6. Estará plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na completude da seguinte frase: **Não houvessem os alemães bombardeado Londres, provavelmente**
- (A) não ocorrera o bombardeio que tivesse arrasado Dresden.
 - (B) foi evitado o bombardeio que tinha arrasado Dresden.
 - (C) não ocorreria o bombardeio que arrasou Dresden.
 - (D) terá deixado de ocorrer o bombardeio que arrasasse Dresden.
 - (E) tinha sido evitado o bombardeio que arrasará Dresden.
-
7. Respeitada a correspondência verbal, ocorre adequada transposição da voz ativa para a passiva em:
- I. A mulher, por ocasião da batalha de Waterloo, se queixava de um dia particularmente agitado = Um dia particularmente agitado era a razão de queixa da mulher, por ocasião da batalha de Waterloo.
 - II. A Primeira Grande Guerra mutilou uma geração inteira, mas não sacrificou um grande número de civis = Uma geração inteira teria sido mutilada pela Primeira Grande Guerra, sem sacrificar um grande número de civis.
 - III. Terroristas utilizam a guerra psicológica para atingir seus objetivos = A guerra psicológica é utilizada pelos terroristas para que seus objetivos sejam atingidos.
- Atende ao enunciado o que está em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
8. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Sob o ponto de vista dos chamados “estragos colaterais”, entendidos como efeitos abrangentes da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas, de vez que se limitavam, quase sempre, à conflagração entre soldados, poupando-se, assim, a população civil.
 - (B) Sob o ponto de vista, dos chamados “estragos colaterais” entendidos como efeitos abrangentes da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas, de vez que se limitavam quase sempre, à conflagração entre soldados poupando-se assim a população civil.
 - (C) Sob o ponto de vista dos chamados “estragos colaterais”, entendidos como efeitos abrangentes da violência das guerras, os conflitos antigos, não eram apoteoses tétricas, de vez que se limitavam quase sempre, à conflagração entre soldados poupando-se, assim, a população civil.
 - (D) Sob o ponto de vista, dos chamados “estragos colaterais”, entendidos como efeitos abrangentes, da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas de vez que, se limitavam, quase sempre, à conflagração entre soldados poupando-se assim, a população civil.
 - (E) Sob o ponto de vista dos chamados “estragos colaterais” entendidos como efeitos abrangentes, da violência das guerras, os conflitos antigos não eram apoteoses tétricas, de vez que, se limitavam, quase sempre à conflagração entre soldados, poupando-se assim a população civil.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Questão de ênfase

A ênfase é um modo suspeito de expressão. Se há casos em que ela se torna indispensável, como nas tragédias ou na comicidade extrema, na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo, do lateral que aspira ao centro, do insignificante que se pretende substancial. É a fala em voz gritada, o gargalhar sistemático, a cadeia de interjeições, a produção de caretas, o insistente franzir do cenho, o repetitivo arquear de sobranceiras, a pronúncia caprichosa de palavras e frases que se querem sentenciosas e inesquecíveis.

Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações, na sistemática caixa alta, nos grafismos espaçosos. Na expressão oral, a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático: despeja risadas antecipando o final da própria piada, força o tom compungido antes de dar a má notícia e se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”, por exemplo: “Esse aluno está literalmente dando o sangue na prova de Física.” Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada.

A ênfase também parece desconfiar do alcance de nossa percepção usual, e nos acusa, se reclamamos do enfático. Este sempre acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero, e nos atribui insensibilidade se não o admiramos. Em suma: o enfático é um chato que se vê a si mesmo como um superlativo. Machado de Assis, por exemplo, não suportava gente que dissesse “Morro por doce de abóbora!”. Por sua vez, o poeta Manuel Bandeira enaltecia a “paixão dos suicidas que se matam sem explicação”. Já o enfático vive exclamando o quão decisivo é ele ser muito mais vital do que todos os outros seres humanos.

(Augusto Tolentino, inédito)

9. Considerando-se a disposição do texto em parágrafos, constata-se que:

- I. no 1º parágrafo, acusa-se a pretensão que leva o responsável pela ênfase a acreditar que o uso dela deverá impressionar um interlocutor, a menos que este se revele um incapacitado para admirá-la.
- II. no 2º parágrafo, enfoca-se o modo pelo qual a ênfase marca as formas de discurso da pessoa enfática, bem como os aspectos gestuais de que ela se serve para reforçar o tom enfático.
- III. no 3º parágrafo, em tom conclusivo, levantam-se casos em que a ênfase não só se justifica mas se torna necessária para sublinhar uma carga de emoção efetivamente excepcional.

Em relação ao texto, está correto o que se constata APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

10. No contexto, a frase *a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático* deixa ver que

- (A) as emoções cuja ênfase já se possa notar nelas mesmas são raríssimas, pois muitas requerem algum esforço para que sua intensidade possa ser reconhecida.
- (B) as emoções que carregam em si mesmas toda a sua real intensidade podem parecer falsas quando afetadas pelos excessos da ênfase.
- (C) o compromisso que temos com a verdade de um sentimento faz com que precisemos recorrer à ênfase para que ele não resulte enfraquecido.
- (D) a ênfase impossibilita que se possa vivenciar a verdade de um sentimento intenso, já que ela se antecipa a ele e o compromete em definitivo.
- (E) todo sentimento verdadeiro é imune à ênfase, e esta se revelará uma frustrada intenção de quem pretenda intensificá-lo por meio do exagero.

11. Entre os recursos adotados na elaboração do texto, o autor

- (A) se vale de Machado de Assis e de Manuel Bandeira para ilustrar casos em que os excessos da ênfase saltam à vista.
- (B) emprega palavras de sentido oposto ou antitético, como ocorre entre *superficial* e *lateral* (1º parágrafo).
- (C) exemplifica casos em que nossa fala se deixa contaminar pelo uso indevido de certas expressões.
- (D) emprega o termo *superlativo* (3º parágrafo) como um atributo que faz justiça ao talento de quem emprega a ênfase oportunamente.
- (E) se vale de elementos descritivos, como *arquear de sobranceiras* ou *franzir do cenho* (1º parágrafo), para realçar as reações de alguém diante do enfático.



12. Na frase *A ênfase é um modo suspeito de expressão*, que abre o texto, justifica-se o emprego do termo sublinhado porque
- (A) podem ocorrer casos em que o emprego da ênfase não se confirme como um excesso indesejável.
 - (B) é próprio do indivíduo enfático que ele mesmo venha a suspeitar da eficácia de suas ênfases.
 - (C) não se pode admitir a inocência ou a ingenuidade de quem recorre sistematicamente à ênfase.
 - (D) a intolerância que cerca o emprego da ênfase não se justifica na maioria dos casos.
 - (E) é patente o reconhecimento de que toda ênfase acentua, por princípio, um exagero inadmissível.
-
13. A clareza e a correção da frase original não resultam prejudicadas com a nova redação que se indica em:
- (A) *Se há casos em que ela se torna indispensável* = desde que hajam casos em que ela seja inevitável.
 - (B) *na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo* = muitas das vezes cuida de ser profundo o que se constrói de superficial
 - (C) *Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações* = o emprego de exclamações adotam como efeito a acusação de uma ênfase.
 - (D) *Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada* = a serem enfáticos, a teatralização sem critério marcam-se nesses gestos.
 - (E) *acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero* = cuida que nos cativará com o excesso de sua ênfase.
-
14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Suspeita-se de que o emprego da ênfase implique quase sempre à exageros inconvenientes.
 - (B) A ênfase é um recurso do qual, sempre que possível, devemos abrir mão, para não incorrerem em excessos imprudentes.
 - (C) Um sentimento de cuja expressão queremos verdadeira não deve submeter-se à formas descontroladas de teatralização.
 - (D) O efeito da ênfase em que costumamos nos orgulhar costuma ser o contrário daquilo pelo que aspirava a nossa intenção.
 - (E) Os excessos de linguagem, de cujos tanta gente faz uso, constituem um defeito em que nem todos se dão conta.
-
15. Nos casos de uso indiscriminado da ênfase, atribui-se à ênfase um efeito retórico que na verdade enfraquece a ênfase, em vez de explorar os atributos da ênfase que podem justificar a ênfase como um expediente de bom estilo.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se corretamente os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) atribui-se à ela – lhe enfraquece – explorar seus atributos – justificá-la
 - (B) atribui-se a ela – a enfraquece – explorar seus atributos – justificá-la
 - (C) a ela se atribui – enfraquece-lhe – explorá-la nos atributos – justificá-la
 - (D) atribui-lhe – a enfraquece – lhe explorar os atributos – lhe justificar
 - (E) se lhe atribui – enfraquece-a – explorar seus atributos – justificar-lhe
-

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Um escritório comprou canetas, corretivos e arquivos pagando por cada unidade, respectivamente, R\$ 1,00, R\$ 3,00 e R\$ 10,00. Sabendo-se que o gasto total na compra foi de R\$ 220,00 e que foram adquiridos ao menos uma unidade de cada produto, é necessariamente correto concluir que a compra incluiu, no
- (A) máximo, 70 corretivos.
 - (B) máximo, 203 canetas.
 - (C) máximo, 21 arquivos.
 - (D) mínimo, 2 corretivos.
 - (E) mínimo, 2 canetas.
-
17. Um juiz tem que analisar x processos nos próximos y dias de trabalho. Se ele decidir analisar, a partir do primeiro dia, 4 processos por dia de trabalho, no último dos y dias ele só terá que analisar 3 processos. Por outro lado, se ele decidir analisar, a partir do primeiro dia, 3 processos por dia de trabalho, no último dos y dias ele terá que analisar 24 processos. Nas condições descritas, $x + y$ é igual a
- (A) 109.
 - (B) 101.
 - (C) 83.
 - (D) 99.
 - (E) 93.
-

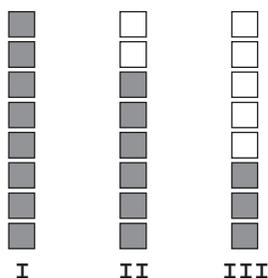


18. Renato quer comprar dois livros em uma livraria, porém, seu dinheiro é suficiente apenas para levar o mais caro, com sobra de R\$ 22,00, ou o mais barato, com sobra de R\$ 38,00. Como incentivo à leitura, o dono da livraria deu um desconto de R\$ 10,00 na compra total dos dois livros e Renato conseguiu levá-los sem que sobrasse ou faltasse dinheiro. Nas condições descritas, o desconto percentual sobre o valor correto da compra que o dono da livraria deu para Renato foi de
- (A) 8,5%.
(B) 10%.
(C) 12,5%.
(D) 8%.
(E) 9,5%.

19. Carolina, Cecília, João, Sérgio e Sílvia formaram um grupo musical. Durante cada apresentação do grupo, um deles canta e os outros quatro tocam um instrumento diferente cada um (bateria, guitarra, teclado e saxofone), de acordo com as seguintes condições:
- Carolina só pode tocar bateria ou guitarra;
 - Cecília só pode cantar ou tocar saxofone;
 - João só pode tocar teclado ou saxofone;
 - Sérgio só pode cantar, ou tocar bateria, ou tocar teclado;
 - Sílvia só pode cantar ou tocar guitarra.

Se Sílvia foi escolhida para cantar em uma apresentação então, necessariamente, nessa apresentação

- (A) Carolina tocará bateria.
(B) Sérgio tocará bateria.
(C) João tocará saxofone.
(D) Sérgio tocará teclado.
(E) Cecília tocará guitarra.
20. A figura indica o marcador de combustível de um carro em três instantes diferentes (I, II, III). No instante I o motorista havia acabado de completar o tanque de combustível do carro, que tem capacidade de 60 litros. O instante II representa quando o carro completou x quilômetros percorridos depois do abastecimento no instante I. O instante III representa quando o carro completou y quilômetros depois do abastecimento no instante I.



Considerando que o consumo médio de combustível desse carro de I até II foi de 12 quilômetros por litro, e de I até III foi de 10 quilômetros por litro, então, a distância percorrida pelo carro de II até III, em quilômetros, foi igual a

- (A) 170.
(B) 215.
(C) 205.
(D) 195.
(E) 185.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito do Trabalho**

21. Sobre o salário mínimo, considere:

- I. O salário mínimo, fixado em lei, é nacionalmente unificado, e deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família exclusivamente com moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, transporte e previdência social, com efetivação de dignidade humana.
- II. A proibição de vinculação do salário mínimo para qualquer fim não impede a sua utilização como índice de correção de contratos.
- III. O piso salarial é fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou em sentença normativa, constituindo um valor mínimo de salário que pode ser pago a trabalhador integrante de categoria profissional.
- IV. Visando a manutenção do seu poder aquisitivo, o salário mínimo deve ter reajustes periódicos.
- V. Salário profissional, fixado por norma coletiva, corresponde ao valor mínimo de salário que pode ser pago aos integrantes de determinada categoria profissional diferenciada, em razão das peculiaridades do trabalho que executam e das condições de vida singulares a que estão submetidos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) IV.
- (E) V.

22. Considerando que Carlito foi contratado como técnico em energia de potência pela empresa Raio de Luz Eletricidade Industrial Ltda., inicialmente para cumprimento de uma jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, e teve sua jornada validamente alterada para 25 horas na semana, ele

- (A) poderá converter 1/3 do seu período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- (B) terá direito a 16 dias de férias, sendo que, se tiver mais de sete faltas injustificadas durante o período aquisitivo, terá o período de férias reduzido à metade.
- (C) poderá prestar no máximo 5 horas extras por semana, em razão do regime de contratação a tempo parcial.
- (D) terá direito ao adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, desde que tal condição conste do acordo coletivo de trabalho que autorizou a contratação a tempo parcial.
- (E) deverá manifestar perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva, sua opção para adoção do regime de tempo parcial.

23. Sobre equiparação salarial, está correto o que se afirma em:

- (A) João, mecânico de manutenção, admitido em 05/06/2012, ganha R\$ 40,00 por hora; Antonio, mecânico de manutenção, admitido em 05/07/2014, ganha R\$ 30,00 por hora. Considerando que trabalha com a mesma perfeição técnica e com a mesma produtividade que João, Antonio pleiteia equiparação salarial com aquele.
- (B) Roberto, eletricista industrial, com salário de R\$ 2.000,00 mensais, após sofrer grave acidente no trabalho, é readaptado e retorna ao trabalho como embalador. Os empregados da seção de embalagem, com salário médio de R\$ 1.300,00, reclamam e pleiteiam a equiparação salarial com Roberto, tomando-o como paradigma.
- (C) Colégio Fonte do Saber nega equiparação salarial a alguns de seus professores, alegando que eles estão sujeitos ao quadro de carreira, sendo-lhes assegurada promoção por critérios subjetivos fixados no regulamento empresarial adotado.
- (D) Porcino, técnico contábil, tem 50 anos de idade e recebe salário mensal de R\$ 1.900,00. Malaquias, também técnico contábil, tem 32 anos de idade, exerce trabalho de igual valor ao de Porcino, mas recebe salário mensal de R\$ 2.200,00 sobre o fundamento de que, por ser mais jovem, tem uma melhor disposição para o trabalho.
- (E) Anita, ao ser contratada pela empresa de comércio de produtos alimentícios Paraíso do Norte para trabalhar como vendedora, não teve seu salário estipulado pelo empregador. Mariela trabalha na mesma empresa, na mesma função e recebe salário de R\$ 1.500,00 mensais. Anita tem direito a receber salário igual ao que Mariela recebe.



24. Considerando as regras legais sobre remuneração e sobre 13^o salário, é correto afirmar:
- (A) Sendo parte da remuneração do empregado paga em utilidades, o valor da quantia efetivamente descontada e correspondente a essas, será computado para fixação da gratificação natalina.
 - (B) Para os que recebem salário variável, o valor da parcela da gratificação natalina paga em 20 de dezembro, descontada a antecipação, é igual à média dos salários de novembro/ano anterior a novembro/ano referência.
 - (C) Empregado que recebe a título de salário R\$ 1.600,00 mensais, acrescido de R\$ 950,00 como diárias para viagem, faz jus à gratificação natalina, segundo o salário de R\$ 1.600,00.
 - (D) As gorjetas dadas pelos clientes, devido à sua espontaneidade, não integrando a remuneração do empregado, são irrelevantes para o pagamento da gratificação natalina.
 - (E) O empregado que teve adiantado metade do 13^o salário com as férias, no mês de fevereiro, se dispensado por justa causa em 15 de maio, deverá receber integralmente sua verbas rescisórias.
-
25. Somente podem ser consideradas justas causas os atos que se encaixem em uma das hipóteses taxativamente indicadas pela lei. Nesse contexto, há correspondência entre a conduta e o tipo legal:
- (A) Walter subtrai para si o relógio de Alcides, após abrir seu armário no vestiário da empresa. Foi dispensado por mau procedimento.
 - (B) Juvenal, encarregado de seção, discute com os empregados Sílvio, Janete e Guilherme, chamando-os de ladrão, piranha e caloteiro, respectivamente. Foi dispensado por desídia.
 - (C) Celestino agride fisicamente Wilson, seu colega de trabalho, causando-lhe lesões corporais leves. Foi dispensado por incontinência de conduta.
 - (D) Rivaldo recebe ordem direta de seu supervisor para realização de determinada tarefa. A ordem não é cumprida. Foi dispensado por insubordinação.
 - (E) Ricardo, Maurício e Luiz, ajudantes de manutenção, são pegos pela quinta vez jogando dados, a dinheiro, na oficina. Foram dispensados por indisciplina.
-
26. Considerando-se as regras legais sobre a greve, é correto afirmar:
- (A) O empregador está terminantemente proibido de contratar novos empregados durante a greve.
 - (B) A greve prescinde de comunicado geral nos serviços e atividades essenciais à comunidade.
 - (C) A manutenção da greve após a decisão da Justiça do Trabalho é abusiva; não o é, entretanto, aquela que, na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa, tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição.
 - (D) Durante a greve, nos processos contínuos de produção (altos fornos, por exemplo), a eventual perda do equipamento é risco único e exclusivo do empregador.
 - (E) Não é vedada a demissão de empregados durante a greve, e a Justiça do Trabalho, se provocada, dirá se a mesma é procedente ou não.
-
27. Por determinação do empregador, Mirtes usufrui de intervalo para repouso e alimentação em três dias da semana, sendo certo que às terças e sextas-feiras o volume de trabalho é sempre maior do que nos demais dias, o que impede a fruição do intervalo intrajornada. A não concessão do referido intervalo em dois dias da semana
- (A) não importa no deferimento de horas extras, constituindo apenas infração administrativa.
 - (B) importa na remuneração do período correspondente, com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
 - (C) somente determinará o pagamento de horas extras se ultrapassado o limite legal diário e houver previsão em norma coletiva.
 - (D) importa no pagamento do respectivo adicional de, no mínimo, 25% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
 - (E) é válida, desde que prevista a supressão do intervalo através de cláusula de convenção ou acordo coletivos de trabalho.
-
28. Considerando os direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) O repouso semanal remunerado dos empregados rurais, em razão das peculiaridades do trabalho, deve ser necessariamente aos domingos.
 - (B) O seguro contra acidentes do trabalho pago pelo empregador o isenta do pagamento de indenização a empregado que sofre o infortúnio.
 - (C) A proteção ao mercado de trabalho da mulher é norma de aplicação imediata que, tendo em vista o princípio da igualdade estabelecido como garantia fundamental, não depende de regulamentação infraconstitucional.
 - (D) A assistência gratuita em creches e pré-escolas é assegurada aos filhos e dependentes do empregado, desde o nascimento até dez anos de idade.
 - (E) A eleição de um representante dos trabalhadores com a finalidade, exclusiva de promover o entendimento direto com o empregador é assegurada nas empresas com mais de duzentos empregados.



29. Considerando as regras legais sobre estabilidade no emprego, é correto afirmar:
- (A) Amanda, grávida de oito meses, não poderá ser dispensada sem justa causa até cinco meses após o parto.
 - (B) Porfírio, eleito Diretor Suplente do sindicato profissional, pode ser dispensado sem justa causa, tendo em vista que a garantia é assegurada apenas aos diretores eleitos como titulares.
 - (C) Palomita, tendo ficado afastada do trabalho pelo período de seis meses e percebendo benefício previdenciário, em razão de doença decorrente da atividade exercida na empresa, não pode ser dispensada por seu empregador pelo período de cento e oitenta dias.
 - (D) Claudeir, representante do empregador na CIPA, não pode ser dispensado sem justa causa desde a confirmação da candidatura até um ano após o término do mandato.
 - (E) Irene, Diretora Financeira com responsabilidade sobre todas as unidades da América Latina da empresa Hansonfields, não tem direito a estabilidade no emprego em razão da gestação, tendo em vista o seu elevado cargo, o grau de confiança que o empregador nela deposita e a responsabilidade decorrente do cargo.
-
30. Sobre a organização sindical, é correto afirmar:
- (A) O princípio da unicidade sindical, consagrado na Constituição Federal brasileira de 1988, determina que não pode haver mais de uma entidade sindical, representativa da mesma categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, definida pelos interessados e não inferior à área resultante da soma de pelo menos três Municípios contíguos.
 - (B) A assembleia geral do sindicato pode criar contribuições adicionais, sem prejuízo das contribuições sindical e confederativa, mas que serão exigíveis apenas aos trabalhadores sindicalizados, sob pena de ofensa ao princípio da liberdade de associação sindical.
 - (C) O postulado da liberdade sindical tem significado restrito na ordem jurídica brasileira, apenas expondo o sentido subjetivo do direito de livre filiação às organizações sindicais, assegurado a trabalhadores ativos e inativos.
 - (D) Como expressão da ampla autonomia assegurada às entidades sindicais, em qualquer grau, as centrais sindicais podem participar ativamente das negociações coletivas de trabalho, firmando os instrumentos normativos dela decorrentes.
 - (E) Aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, podendo a lei ampliar ou restringir o campo de atuação a eles reservado, na perspectiva da melhoria da condição social dos trabalhadores filiados.

Direito Processual do Trabalho

31. Sobre organização e competência da Justiça do Trabalho, conforme ditames insculpidos na Constituição Federal do Brasil é correto afirmar:
- (A) Os Juizados Especiais Acidentários Trabalhistas, as Varas do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Arbitrais Coletivos do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho são órgãos da Justiça do Trabalho.
 - (B) O Tribunal Superior do Trabalho será composto de dezessete Ministros, togados e vitalícios, dos quais treze escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dois dentre advogados e dois dentre membros do Ministério Público do Trabalho.
 - (C) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
 - (D) A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, não funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho por se tratar de órgão administrativo e consultivo, sem funções jurisdicionais, cabendo-lhe apenas regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
 - (E) A competência da Justiça do Trabalho não abrange nenhum dos entes ou organismos de direito público externo, ainda que se trate de relação de emprego, visto que em razão da pessoa litigante a competência será da Justiça Federal Comum.
-
32. Conforme previsão legal, uma ação de indenização por danos materiais e morais em razão de acidente de trabalho sofrido pelo empregado, por negligência do empregador, que tenha lhe ocasionado sequelas, deve ser proposta na Vara
- (A) Acidentária da Justiça Estadual da comarca em que o autor tem o seu domicílio.
 - (B) Acidentária da Justiça Federal da comarca em que a empresa tem a sua sede.
 - (C) do Trabalho da comarca em que foi celebrado o contrato de trabalho.
 - (D) do Trabalho da comarca onde houve a prestação dos serviços.
 - (E) Acidentária da Justiça Estadual ou do Trabalho da comarca em que se situa a sede da empresa, a critério do autor interessado.
-
33. A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu Título VIII, apresenta uma série de normas que disciplina a organização, funcionamento e competência da Justiça do Trabalho e dos seus serviços auxiliares. Em consonância com tais dispositivos, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os distribuidores são designados pelo Juiz Diretor do Foro, dentre os funcionários das Varas do Tribunal Regional, existentes na mesma localidade, ficando diretamente subordinados ao Corregedor ou Vice Administrativo do Tribunal.
 - (B) A Justiça do Trabalho é competente, ainda, para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO, decorrentes da relação de trabalho.
 - (C) O serviço da Justiça do Trabalho é relevante e obrigatório, ninguém dele podendo eximir-se, salvo motivo justificado.
 - (D) Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Varas do Trabalho, os Juízos de Direito são os órgãos de administração da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local.
 - (E) Compete à Secretaria da Vara a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos, cuja consulta lhes facilitará, e a abertura de vista dos processos às partes na própria Secretaria.



34. Para a movimentação necessária ao trâmite de ações na área trabalhista é necessária a realização de determinados atos processuais que observarão os prazos estabelecidos. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) Os atos processuais serão realizados exclusivamente de forma pública nos dias úteis das oito às dezoito horas.
 - (B) Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.
 - (C) A penhora pode realizar-se em domingo ou dia feriado, independentemente de autorização judicial, diante da importância do ato processual.
 - (D) Os procuradores devidamente constituídos poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias, não havendo o mesmo acesso às partes que possuem advogado nos autos.
 - (E) Os prazos estabelecidos na CLT contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contados apenas nos dias úteis, interrompendo-se em dias de sábado, domingo ou dia feriado.
-
35. Segundo as normas que regem a matéria relativa às custas processuais e aos emolumentos no Processo Judiciário do Trabalho,
- (A) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas, no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória, por valor arbitrado pelo juiz, ainda que tenha sido atribuído um valor à causa pelo autor.
 - (B) em caso de acordo na reclamatória trabalhista, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá ao reclamado, visto que implicará pagamento de algum valor ao reclamante.
 - (C) a isenção de custas processuais prevista na CLT é extensiva e alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
 - (D) nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal.
 - (E) a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária de justiça gratuita, uma vez que a gratuidade atinge apenas as custas processuais em sentido estrito e não o labor de terceiro.
-
36. A empresa Beta Comunicações Ltda. foi notificada para comparecer em audiência trabalhista UNA e apresentar sua defesa na qualidade de reclamada. Na audiência compareceram o autor com seu advogado e o gerente empregado da ré desacompanhado de advogado, juntando cópia de contrato societário e carta de preposição lhe atribuindo poderes para representar a ré naquela sessão, mas sem apresentar nenhum tipo de defesa. Nessa situação,
- (A) a reclamada será considerada revel e confessa pelo fato de não estar assistida por advogado, que é indispensável à administração da justiça.
 - (B) o juiz deve adiar a audiência para que a ré possa constituir advogado em razão do princípio da igualdade processual e ampla defesa.
 - (C) a reclamada não será revel em razão da presença do representante em audiência, mas será declarada a confissão pela falta de apresentação de defesa.
 - (D) não é possível a postulação em juízo trabalhista sem a constituição de advogado que será responsável pela apresentação de defesa, razão pela qual deve ser nomeado advogado *ad hoc* e apresentar defesa verbal na mesma audiência.
 - (E) a parte reclamada pode exercer o *jus postulandi* nessa fase processual na Vara do Trabalho, mas por não apresentar nenhuma defesa será considerada revel e confessa quanto à matéria fática.
-
37. O advogado de Isis, autora em reclamação trabalhista, entendeu que o juiz da causa praticou ato processual irregular e pretende arguir a nulidade desse ato. Em relação às nulidades nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT não apresenta regras próprias sobre o tema, razão pela qual devem ser aplicadas as normas do Código Processual Civil – CPC e do Código Processual Penal – CPP.
 - (B) a nulidade deverá ser declarada, ainda que não resulte dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (C) a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
 - (D) as nulidades podem ser arguidas pelas partes em qualquer fase e momento processual, visto que a lei não prevê momento oportuno para tal medida processual.
 - (E) a nulidade deverá ser pronunciada mesmo que tenha sido arguida por quem lhe tiver dado causa.
-
38. Conforme legislação aplicável em relação à matéria relativa às provas no Processo Judiciário de Trabalho, é correto afirmar:
- (A) O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz cujas despesas serão pagas pela União.
 - (B) As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, somente por requerimento dos advogados.
 - (C) As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, apenas quando devidamente convocadas pelo juiz.
 - (D) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil de qualquer das partes, prestará compromisso, mas seu depoimento não valerá nem como simples informação.
 - (E) O juiz poderá arguir os peritos compromissados ou os técnicos, e rubricará, para ser junto ao processo, o laudo que os primeiros tiverem apresentado.



39. Sobre a execução por prestações sucessivas no Processo do Trabalho é correto afirmar:
- (A) Não havendo regramento próprio previsto na Consolidação das Leis do Trabalho sobre o tema utilizam-se por analogia as regras contidas na Lei de Execuções Fiscais.
 - (B) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
 - (C) Tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as duas primeiras que lhe sucederem, apenas se houver sido determinado na sentença.
 - (D) Tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até o período de dois anos do ingresso da ação.
 - (E) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo inadimplemento de uma parcela não compreende as que lhe sucederem e, naquelas por tempo indeterminado, o exequente deve executar parcelas inadimplidas a cada período de doze meses.
-
40. O trabalhador Zeus ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora. Em primeira instância foi julgado improcedente o pedido do autor. Inconformado Zeus recorreu e o Tribunal Regional rejeitou as razões recursais e manteve a sentença, embora a decisão tenha sido proferida com afronta direta e literal à Constituição Federal. Nessa situação, cabe o recurso
- (A) de apelação em 15 dias.
 - (B) ordinário em 08 dias.
 - (C) de revista em 08 dias.
 - (D) extraordinário em 05 dias.
 - (E) de revista em 15 dias.

Direito Civil e Direito Processual Civil

41. No Direito Civil, a lei nova
- (A) tem efeito imediato, mas deve respeitar o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, incluindo os negócios sujeitos a termo.
 - (B) retroage para beneficiar a parte hipossuficiente.
 - (C) tem efeito imediato, produzindo efeitos a partir da publicação, ainda que estabeleça prazo de *vacatio legis*.
 - (D) tem efeito imediato apenas quando se tratar de norma processual.
 - (E) não pode atingir a expectativa de se adquirir um direito.
-
42. De acordo com o Código Civil, os menores de dezesseis anos
- (A) possuem personalidade desde a concepção e, com o nascimento com vida, adquirem capacidade para praticar os atos da vida civil, embora devam fazê-lo por meio de assistência.
 - (B) possuem personalidade desde o nascimento com vida, mas são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
 - (C) possuem personalidade desde a concepção e, com o nascimento com vida, adquirem capacidade para praticar os atos da vida civil, embora devam fazê-lo por meio de representação.
 - (D) não possuem personalidade, a qual passa a existir, de maneira relativa, aos dezesseis anos completos.
 - (E) possuem personalidade desde o nascimento com vida, mas são relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
-
43. **G** e **R** são sócios da pessoa jurídica **Tex**, a qual, em razão da crise econômica, deixou de honrar compromissos com o fornecedor **Xis**, que requereu, em ação de execução, a penhora dos bens de **G** e **R**. De acordo com o Código Civil, o pedido deverá ser
- (A) indeferido, pois a desconsideração da personalidade jurídica somente é possível com a decretação da falência.
 - (B) deferido, independentemente de qualquer requisito, pois os sócios respondem, em regra, direta e pessoalmente pelas obrigações contraídas pela pessoa jurídica.
 - (C) deferido apenas se comprovado que Tex não possui recursos para pagamento do débito.
 - (D) indeferido, pois em nenhuma hipótese os sócios respondem pelas obrigações contraídas pela pessoa jurídica.
 - (E) deferido se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.



44. **P** e **R** firmaram contrato pelo qual **P** se obrigou a pagar quantia líquida a **R**. No instrumento contratual, estabeleceram que, se não pago o débito, o prazo de prescrição para cobrança da dívida seria aumentado de 5 para 10 anos. Sete anos depois do vencimento do prazo, **R** ajuizou ação de cobrança, a qual foi julgada procedente. Em apelação, **P** alegou prescrição, o que não havia feito em primeira instância. O Tribunal
- (A) não poderá reconhecer a ocorrência da prescrição, porque o contrato obriga as partes contratantes, inclusive no que toca à alteração dos prazos prescricionais, além de ter ocorrido preclusão.
 - (B) não poderá reconhecer a ocorrência da prescrição, porque, embora a questão não preclua, o contrato obriga as partes contratantes, inclusive no que toca à alteração dos prazos prescricionais.
 - (C) deverá reconhecer a ocorrência da prescrição, pois os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo de vontades e porque a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
 - (D) poderá reconhecer a ocorrência da prescrição apenas se **R** for absolutamente incapaz, pois esta condição impede que as partes alterem, por acordo de vontades, os prazos prescricionais, além de evitar a preclusão.
 - (E) poderá reconhecer a ocorrência da prescrição apenas se **P** for absolutamente incapaz, pois esta condição impede que as partes alterem os prazos prescricionais, por acordo de vontades, além de evitar a preclusão.
-
45. **N** reside no décimo andar de um edifício, em apartamento do qual caiu um vaso de flor que acabou por acertar **Z**, que sofreu danos. **N** será responsabilizado de maneira
- (A) subjetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.
 - (B) objetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.
 - (C) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
 - (D) objetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
 - (E) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com dolo, direto ou eventual.
-
46. A cumulação de pedidos,
- (A) é admitida, mesmo que cada pedido corresponda a um tipo diverso de procedimento, se o autor empregar o procedimento ordinário.
 - (B) é sempre possível, independentemente do procedimento adotado, por configurar hipótese de economia e agilidade processuais.
 - (C) não é possível, porque cada um deles exige rito próprio e singular, sem possibilidade de adaptação processual.
 - (D) é possível, como regra geral, contra o mesmo réu, em um único processo, desde que entre eles haja conexão, necessariamente.
 - (E) é possível desde que todos eles exijam o rito ordinário, pois tipos diferentes de procedimento impedem a cumulação, por incompatibilidade lógica.
-
47. Se o réu, citado pessoalmente, não contestar a ação, conseqüentemente
- (A) o juiz deverá julgar antecipadamente a lide, sempre, uma vez que a presunção de veracidade decorrente da revelia impede dilações probatórias.
 - (B) os fatos afirmados pelo autor são reputados verdadeiros, efeito jurídico que não admite exceções, embora essa veracidade fática represente presunção relativa e não absoluta.
 - (C) os fatos afirmados pelo autor são reputados verdadeiros de modo absoluto, não admitindo prova contrária em nenhuma hipótese, mas os efeitos jurídicos da revelia comportam exceções.
 - (D) os fatos afirmados pelo autor são reputados verdadeiros, mas esse efeito jurídico admite exceções; além disso, essa veracidade fática representa presunção relativa e não absoluta.
 - (E) os fatos afirmados pelo autor são tidos por presumivelmente verdadeiros, efeito jurídico que admite a única exceção de o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
-
48. No tocante à suspensão e à extinção do processo, é correto afirmar:
- (A) O processo será extinto sem resolução do mérito, quando as partes transigirem, pois o acordo realizado impede seu exame.
 - (B) Durante o prazo de suspensão do processo é defeso praticar qualquer ato processual, não podendo o juiz excepcionar essa regra geral.
 - (C) A perda da capacidade processual da parte acarreta a suspensão do processo, visando à regularização do fato, mas sua morte extingue o processo.
 - (D) A extinção do processo pelo acolhimento da alegação de coisa julgada dar-se-á com resolução de mérito, pois seu efeito é a imutabilidade do julgado anterior.
 - (E) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder seis meses; findo esse prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.



49. Maria José, pessoa maior e capaz, propõe ação de alimentos contra seu suposto pai, José Maria, pois não foi reconhecida quando de seu nascimento. Não pleiteou o reconhecimento da paternidade, que foi apontada apenas na fundamentação do pedido. Ao julgar a ação procedente, o juiz declara na parte dispositiva da sentença ser o réu pai da autora, em homenagem aos princípios da economia processual e da verdade real, argumentando que não houve ofensa ao devido processo legal, pois o réu defendeu-se alegando justamente não ser o pai da autora, o que foi provado não ser verdadeiro por exame de DNA. O juiz agiu
- (A) corretamente, porque não há pedido *extra petita* ou *ultra petita* em ações de direito de família, pelo interesse coletivo que as caracteriza.
 - (B) corretamente, pois não houve lesão ao contraditório ou à ampla defesa e com isso não haverá necessidade de novo processo, que seria proposto apenas para investigar a paternidade da autora.
 - (C) incorretamente, porque essa atitude só seria possível se a autora fosse menor e estivesse representada pelo Ministério Público.
 - (D) incorretamente, pois esse reconhecimento conduzirá, sem pedido da autora, à formação de coisa julgada material somente com base na verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, o que a lei processual civil afirma não ser possível.
 - (E) corretamente, dado o princípio constitucional da duração razoável do processo e da proteção da filiação como direito fundamental.

50. Em relação ao cumprimento de sentença, considere:

- I. É definitiva a execução da sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
- II. Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, o credor deverá aguardar a liquidação da parte ilíquida para poder promover a execução do julgado, que não pode ser cindida no tempo.
- III. Julgado o processo na fase de conhecimento, se o credor não requerer a execução no prazo de seis meses o juiz extinguirá o processo, pois estará caracterizado o abandono processual e o desinteresse do credor à satisfação de seu crédito.
- IV. A impugnação ao cumprimento da sentença não terá efeito suspensivo, como regra, podendo porém o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

Direito Constitucional

51. São corolários dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e da inafastabilidade da jurisdição

- (A) a obrigatoriedade da intimação do réu para constituir novo defensor, na hipótese de renúncia do anterior após o oferecimento, por este, das contrarrazões de apelação.
- (B) o acesso do defensor do investigado a todos os elementos de prova colhidos e materializados em investigação policial que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (C) a obrigatoriedade do acompanhamento técnico, por advogado, em processos judiciais penais e nos administrativos de cunho disciplinar.
- (D) a impossibilidade de condicionar-se a interposição de recurso administrativo ao prévio depósito de dinheiro ou bens.
- (E) a impossibilidade de exigir-se caução para a propositura de ação judicial que discuta a exigibilidade de crédito tributário.

52. O repouso semanal remunerado

- (A) não incide no cálculo de indenização por acidente do trabalho.
- (B) é computado pelo triplo do valor normal do salário.
- (C) é devido ao vendedor praticista, remunerado mediante comissão.
- (D) deve sempre ser computado no pagamento de indenização na hipótese de despedida sem justa causa.
- (E) deve, preferencialmente, ser fixado aos domingos, ficando ao livre arbítrio do empregador estipulá-lo em outro dia da semana.



53. Considere o seguinte conceito doutrinário: “consulta realizada aos cidadãos sobre matéria a ser posteriormente discutida no âmbito do Congresso Nacional”.
- Dita definição refere-se
- (A) ao plebiscito, que deve ser previamente autorizado pelo Legislativo.
 - (B) ao plebiscito, convocado pelo Legislativo após autorização do Presidente da República.
 - (C) à iniciativa popular, provocada pelo Legislativo para o fornecimento de subsídios durante as discussões da matéria nas Casas do Congresso Nacional.
 - (D) ao referendo, que deve sempre ser convocado pelo Legislativo.
 - (E) ao referendo, que deve ser convocado pelo Presidente da República após autorização do Legislativo.
-
54. O Texto Constitucional decorrente dos trabalhos realizados por órgão constituinte democraticamente eleito, que sistematiza as ideias e os princípios fundamentais da teoria política e do direito prevalente em determinado momento histórico é denominado, quanto ao modo de sua elaboração, de
- (A) flexível.
 - (B) rígido.
 - (C) semirrígido.
 - (D) dogmático.
 - (E) outorgado.
-
55. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é integrado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e pelo
- (A) Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, como membros natos, e por cinco Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, eleitos pelo Pleno desse Tribunal.
 - (B) Vice-Presidente do TST como membros natos, por três Ministros do Tribunal Superior do Trabalho eleitos por todos os Desembargadores da Justiça do Trabalho e por cinco Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, eleitos por região geográfica.
 - (C) Vice-Presidente do TST e pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, como membros natos, por três Ministros do Superior Tribunal do Trabalho, eleitos pelo Pleno desse Tribunal, e por cinco Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, eleitos por região geográfica.
 - (D) Vice-Presidente do TST e pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, como membros natos, por três Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, eleitos pelo Pleno desse Tribunal, além de três Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, eleitos pelos Desembargadores da Justiça do Trabalho.
 - (E) Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, como membros natos, por cinco Ministros do Superior Tribunal do Trabalho e por seis Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, eleitos por todos os Desembargadores da Justiça do Trabalho.
-

Direito Administrativo

56. Representa mecanismo de “descentralização por serviços” das atividades da Administração pública a criação de
- (A) empresa pública, em que parcela da atividade do poder central é repassado a ente despersonalizado, para que o exerça em regime de direito privado e com autonomia orçamentária financeira em relação ao poder central.
 - (B) autarquia, em que parcela da atividade do poder central é repassada a ente personalizado, para que o exerça em regime de direito privado e, em razão desse regime, sem autonomia em relação ao poder central.
 - (C) empresa pública, em que parcela da atividade do poder central é repassada a ente personalizado, para que o exerça em regime de direito público e, em razão da configuração empresarial, sem autonomia em relação ao poder central.
 - (D) autarquia, em que parcela da atividade do poder central é repassada a ente despersonalizado, para que o exerça em regime de direito público e, em razão desse regime, sem autonomia em relação ao poder central.
 - (E) autarquia, em que parcela da atividade do poder central é repassada a ente personalizado, para que o exerça em regime de direito público e com autonomia financeira e administrativa.
-



57. As infrações disciplinares inserem-se no campo do direito administrativo sancionatório, sendo que, quanto ao regime jurídico aplicável às mesmas
- (A) não estão sujeitas ao princípio da legalidade e da tipicidade, porquanto, nessa seara, vige o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, essencialmente marcado pela presença da discricionariedade administrativa na tipificação do ilícito e gradação da pena.
 - (B) admitem definição genérica da conduta mediante a adoção de conceitos jurídicos indeterminados, sempre por meio de lei formal, que tornam possível a avaliação discricionária da administração acerca da caracterização do ilícito e de suas penas.
 - (C) não são admitidos os denominados tipos abertos, exigindo-se a rigorosa e precisa descrição das condutas infracionais em tipos administrativos exatos e detalhados, em razão do princípio da estrita legalidade e do princípio da segurança jurídica.
 - (D) a valoração das condutas gravosas não está sujeita a juízo discricionário, constituindo-se atividade vinculada da administração, submetida, por essa razão, a controle judicial.
 - (E) sua apuração não está sujeita ao devido processo legal substancial e aos princípios da motivação, publicidade e razoabilidade, em razão do bem jurídico protegido: o exercício regular da função administrativa.
-
58. A atividade regulamentar é própria do Poder Executivo, em especial do Chefe do Executivo. A Constituição Federal reserva ao campo regulamentar a disciplina de algumas matérias, conforme estabelece o artigo 84 da Constituição Federal. A delegação da referida competência regulamentar
- (A) para se operar validamente deve contar obrigatoriamente com participação do Poder Legislativo, por meio de lei que autorize o Chefe do Executivo transferir funções às autoridades públicas indicadas na Constituição.
 - (B) por ser competência privativa atribuída pela Constituição ao Chefe do Executivo não abrange a organização e funcionamento da Administração federal, exceto quando implicar aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (C) abrange a edição dos denominados regulamentos de organização, desde que haja expressa autorização legal.
 - (D) não abrange a extinção de funções ou cargos públicos quando vagos, por ser da competência exclusiva do Chefe do Executivo, nos termos da Constituição Federal.
 - (E) permite que o Chefe do Executivo, mediante juízo de conveniência e oportunidade, transfira, no âmbito do Executivo, aos Ministros de Estado, a função de editar regulamentos de organização, respeitados os limites constitucionais.
-
59. Os atos emanados no exercício da função administrativa possuem atributos que os distinguem dos demais atos jurídicos. Nesse sentido, a Administração edita atos que constituem terceiros em obrigações, independentemente da vontade destes. Referido atributo é chamado de
- (A) imperatividade, que após a constitucionalização do direito administrativo, que mitigou o poder extroverso da Administração, exige para produção de efeitos a participação do Poder Judiciário.
 - (B) imperatividade, que não está presente em todos os atos emanados pela Administração, mas apenas naqueles que impõem obrigações.
 - (C) autoexecutoriedade que está presente em todos os atos emanados pela Administração, em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (D) autoexecutoriedade, que não está presente em todos os atos emanados pela Administração, mas apenas nos que conferem direitos aos administrados, como, por exemplo, as licenças e autorizações.
 - (E) presunção de legitimidade ou de veracidade, que encontra seu fundamento último na submissão da Administração ao princípio da legalidade, o qual autoriza a produção de efeitos sem a participação do Poder Judiciário.
-
60. A Administração pública em sua atividade contratual está sujeita a regime jurídico distinto do de direito privado. Referido regime abrange desde a forma pela qual as contratações devem ser levadas a efeitos até aspectos orçamentários e financeiros da execução do ajuste. Nesse sentido,
- (A) para compra ou locações de imóveis a Administração deve realizar procedimento licitatório, que não se impõe, no entanto, na hipótese de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, cujas necessidades de instalação ou localização condicionem sua escolha, desde que, mediante avaliação prévia, constate-se que o preço é compatível com o de mercado.
 - (B) a Lei nº 8.666/1993, denominada Lei Geral de Licitações e Contratos, impõe que as obras e serviços somente poderão se licitados se existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, exigência que não se aplica aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.
 - (C) o regime da Lei nº 8.666/1993 não se aplica às alienações de bens da Administração pública, aplicando-se, no entanto, o regime Lei nº 10.520/2002, denominada Lei do Pregão.
 - (D) as contratações do Estado efetivam-se, como regra, por meio de licitação pública, mas, em algumas hipóteses, o administrador está autorizado a contratar diretamente, o que implica a possibilidade de escolhas subjetivas e autorização de realização de despesa sem a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações.
 - (E) a Lei nº 8.666/1993 exige demonstração de legítimo interesse para que o cidadão possa ter acesso aos quantitativos e preços unitários praticados em obra executada pela Administração.

**DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

"5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos pela Banca Examinadora. 7. Na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação (Prova Discursiva). 8. A Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos.

O princípio da preclusão no Processo Judiciário Trabalhista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	